

TRAMA GOLPISTA

STM manifesta solidariedade à posição do STF sobre a tentativa do presidente dos EUA de influenciar no julgamento de Bolsonaro

Repulsa à “descabida intromissão”

» LUANA PATRIOLINO

A presidente do Superior Tribunal Militar (STM), ministra Maria Elizabeth Rocha, manifestou, ontem, apoio à carta do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, sobre a ameaça do presidente Donald Trump de impor um tarifaço aos produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos caso a Corte continue a julgar o ex-presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe de Estado. O documento da presidente do STM salienta que o Brasil é uma nação soberana e que não se admitem intromissões externas na atuação do Judiciário.

“Os países civilizados reconhecem a supremacia de sua Constituição, a separação harmônica e independente dos órgãos de Estado e a garantia dos direitos fundamentais como pressupostos básicos de um Estado Democrático de Direito, que se apresenta como um valor fundante de uma nação soberana e civilizada”, lembra a ministra.

Na carta, ela observa que, “sem um Poder Judiciário forte e independente, não se pode falar em Estado Democrático de Direito nem em segurança jurídica, capazes de oferecer à sociedade a busca por sua justa realização e felicidade.”

Desde que Trump anunciou o tarifaço, na semana passada, o STF não tinha se posicionado publicamente contra o gesto do presidente dos EUA — que condicionou a taxação adicional de 50% aos produtos brasileiros caso não seja interrompida a suposta “caça às bruxas” contra Bolsonaro e seu clã, como o líder norte-americano salienta logo no começo do documento endereçado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A primeira manifestação pública da Corte contra a ameaça de Trump foi a carta de Barroso, divulgada no domingo.

Os bolsonaristas, inclusive, começaram a defender a anistia aos implicados na tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023 como

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Segundo a ministra, um país que não conta com um Poder Judiciário forte e independente não vive a plenitude do Estado Democrático de Direito

uma forma de dar a Trump uma prova de “boa vontade” e concordância do Brasil. Isso, inclusive, foi defendido, na sexta-feira passada, pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), em entrevista a uma emissora de tevê.

Segundo a presidente do STM, é inaceitável que um elemento externo queira dizer ao Judiciário brasileiro o que fazer. “A realidade ora vivenciada pela sociedade brasileira, bem assim as situações de tensionamento provocadas por descabidas e inéditas intromissões externas na vida do nosso país, estavam a reclamar uma posição

firme e corajosa do Poder Judiciário brasileiro, que tem o direito, constitucionalmente assegurado, de proteger a soberania nacional, o pleno funcionamento da democracia, a independência e livre manifestação dos Poderes da República, bem como garantir a inviolabilidade dos direitos fundamentais do seu povo”, frisa o STM.

Imprecisão

A carta de Barroso — intitulada “Em Defesa da Constituição, da Democracia e da Justiça” — observa que cabe ao Poder Executivo, em

particular aos diplomatas, e não ao Judiciário, conduzir as respostas políticas imediatas ao caso, “ainda no calor dos acontecimentos”. Observa que Trump fez uma “compreensão imprecisa” dos fatos ocorridos nos últimos anos no Brasil.

“Passada a reação inicial, considero de meu dever, como chefe do Poder Judiciário, proceder à reconstituição serena dos fatos relevantes da história recente do Brasil e, sobretudo, da atuação do Supremo Tribunal Federal”, explicou.

Ao anunciar a taxação, além de criticar a ação contra Bolsonaro, Trump disse que havia uma

promoção de censura por parte dos ministros do STF. Ao rebater, Barroso afirma que diferentes visões de mundo “não dão direito a ninguém de torcer a verdade ou negar os fatos concretos que todos viram e viveram”.

O ministro citou o julgamento da trama golpista que envolve Bolsonaro, ações contra plataformas digitais e lembra a ditadura militar para dizer que, no país, hoje, “não se persegue ninguém”.

“Para quem não viveu uma ditadura ou não a tem na memória, vale relembrar: ali, sim, havia falta de liberdade, tortura, desaparecimentos forçados, fechamento do

Congresso e perseguição a juízes. No Brasil de hoje, não se persegue ninguém. Realiza-se a justiça, com base nas provas e respeitado o contraditório”, afirmou.

Barroso conclui que a soberania nacional é um dos fatores de galvanização da sociedade em defesa da Nação. “É nos momentos difíceis que devemos nos apegar aos valores e princípios que nos unem: soberania, democracia, liberdade e justiça. Como as demais instituições do país, o Judiciário está ao lado dos que trabalham a favor do Brasil e está aqui para defendê-lo”, reforça.

Reprodução/X



**Jair M. Bolsonaro** @jairbolsonaro · 10h

- O sistema nunca quis apenas me tirar do caminho. A verdade é mais dui querem me destruir por completo - eliminar fisicamente, como já tentaram - para que possam, enfim, alcançar você. O cidadão comum. A sua liberdade. A sua fé. A sua família. A sua forma de pensar. Sem que reste qualquer possibilidade de reação. O que acontece nos países vizinhos e suas ligações com o atual governo refletem perfeitamente o que poderá s do Brasil num futuro muito breve, com a destruição não só do Ocidente, mas principalmente de sua cultura.

- O enredo é cristalino. Desde o início sou o principal obstáculo entre eles o que realmente desejam: o controle absoluto sobre a sua vida. Por isso, mentem, censuram, prendem, distorcem, caluniam, perseguem, agredem sempre com a mesma narrativa: “pela democracia”. Mas qual democracia permite apenas um lado falar, pensar e existir?

- Querem silenciar quem se opõe. E se não podem calar com censura, tentam com ameaças, inquéritos, prisão ou até com a morte. Não se enganem: se hoje fazem isso comigo, amanhã será com você.

- Não luto por mim. Luto por algo muito maior. Luto pela maioria esmagadora dos brasileiros que não se curvaram. Luto porque não aceito ver o país escravizado por um sistema podre, sustentado por uma imprensa comprada, por poucos juizes militantes e por políticos que sabem que é sua última chance de implementar seu sonho Ideológico nefasto neste país maravilhoso.

- Enquanto Deus me der vida, estarei aqui. Em pé. Falando a verdade. E lembrando que o Brasil não pertence ao sistema - pertence ao povo brasileiro.

Na publicação, Bolsonaro tenta manter a imagem de que é antissistema

Para advogado da Rumble, Moraes age em resposta a Trump

O advogado da Rumble, Martin De Luca, afirmou que a conta do comentarista bolsonarista Rodrigo Constantino na plataforma não incita a violência, “está inativa desde dezembro de 2023 e seu conteúdo é estritamente sobre música ou questões políticas”, com críticas ao ministro Alexandre de Moraes ou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Foi o que ele garantiu, ontem, na entrevista que concedeu à CNN Brasil.

A manifestação do advogado ocorre depois que a Rumble e a Trump Media — proprietária da Truth Social — acionaram novamente a Justiça dos Estados Unidos contra Moraes, em resposta à ordem emitida pelo ministro na sexta-feira passada. No documento, o magistrado pediu que a plataforma suspendesse, em até 48 horas, o perfil de Constantino.

De Luca definiu a ordem de Moraes como “uma movimentação defensiva” e uma “provação”. Para ele, “a interpretação mais razoável é que essa é a forma de ele (Alexandre de Moraes) se manifestar em protesto às medidas que o presidente Trump anunciou” — disse, referindo-se à sobretaxa de 50% imposta pelo presidente norte-americano sobre os produtos brasileiros.

No documento, Trump classificou os pedidos de remoção de conteúdo de plataformas on-line expedidos pelo STF como “ordens de censura secretas e ilegais”.

“Chamou muita atenção, porque esse mandado do ministro vem dois dias depois da carta do presidente Trump e porque não tem nada para bloquear no Brasil, considerando que, por ordem dele

mesmo (Moraes), a Rumble, hoje, está bloqueada no Brasil”, explicou o representante da plataforma.

Tiroteio

Desde fevereiro, a Trump Media e a Rumble movem ação contra Moraes por suposta violação à soberania dos Estados Unidos. Em 8 de julho, o ministro do STF foi notificado sobre o andamento do processo na Justiça norte-americana. O Judiciário dos EUA deve determinar se os métodos a que o ministro recorreu para pedir a suspensão de contas e conteúdos da Rumble são legais.

Constantino foi investigado no inquérito dos fake news e teve o passaporte brasileiro cancelado por ordem de Moraes. As duas empresas argumentam que o ministro

incorre em violações de direitos humanos — como supostas prisões arbitrárias de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro e o bloqueio de bens de brasileiros que adotaram a cidadania norte-americana.

As decisões de Moraes têm reforçado o argumento usado pelo deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) de que a atuação do ministro é em função de vinganças pessoais contra sua família e apoiadores do ex-presidente — tanto que, na carta em que anuncia o tarifaço, Trump fala de “caça às bruxas”. O parlamentar, agora, se esforça para que o magistrado seja enquadrado na Lei Magnitsky — que lhe imporá uma série de restrições, inclusive a possibilidade de ter cartões de crédito suspensos.

Reprodução de vídeo



Martin de Luca afirma que decisão recente do ministro é uma provocação